

TABULEIRO DE LETRAS

Cartas e Carta do Leitor: o que diz a Literatura sobre o Tema

Letters and Letter from Reader: what the Literature on the Subject says

Valfrido da Silva Nunes¹

RESUMO: Este artigo enceta uma discussão a respeito do gênero carta do leitor na mídia impressa, considerando seu funcionamento linguístico-discursivo na esfera comunicativa em que circula. Fundamentado na literatura científica sobre o tema, este trabalho estabelece uma interface entre as áreas da Linguística e da Comunicação Social, de modo a compreender o gênero de uma maneira mais complexa. Para tanto, aborda-se a carta em seus usos sociais ao longo do tempo; os aspectos constitutivos da esfera jornalística e do chamado jornalismo opinativo e, por fim, discute-se a carta do leitor na contemporaneidade, destacando-se suas principais características.

Palavras-chave: Cartas; Carta do leitor; Jornalismo opinativo.

ABSTRACT: This article contains a discussion about the letter from reader in the print media, considering its linguistic-discursive functioning in the communicative sphere in which it circulates. Based on the scientific literature on the subject, this work establishes an interface between the areas of Linguistics and Social Communication, in order to understand the genre in a more complex way. For that, the letter is addressed in its social uses over time; the constitutive aspects of the journalistic sphere and the so-called opinionated journalism, and finally, the letter from reader is discussed in the contemporaneity, highlighting its main characteristics.

Keywords: Letters; Letter from reader; Opinion journalism.

Introdução

Sabemos que os gêneros textuais são construtos retóricos altamente maleáveis, dinâmicos e heterogêneos; por essa razão eles não devem ser analisados como produtos a-históricos. O caráter evolutivo dos gêneros é constitutivo da sua natureza, por isso mesmo não os inventamos da noite para o dia. Além do mais, não podemos perder de vista a relação intrínseca entre entidade genérica e cultura; isso justifica, em parte, o fato de não vermos

¹ Doutor em Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (2017). Professor de Língua Portuguesa do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), *Campus Garanhuns*. fridoval@hotmail.com

circulando cartas régias nos meios do alto escalão político-administrativo do Brasil atual, mas sim decretos presidenciais; da mesma forma, não nos damos conta de que o alvará era uma espécie de edito real e que hoje funciona como uma licença dada a alguém, garantindo-lhe direitos e privilégios particulares para explorar determinado serviço.

Se formos pensar nos artefatos genéricos que circulam na internet, por exemplo, estaremos diante de um terreno fértil, cujas pesquisas têm revelado que muito do que se apresenta como gênero virtual na contemporaneidade retoma, de alguma forma, o já conhecido. Enfim, são novas situações retóricas, motivadas pelo rápido avanço da tecnologia, que demandam o surgimento de “novos” gêneros, assim como o desaparecimento de outros.

Marcuschi (2010) já dizia que uma simples observação histórica do surgimento dos gêneros revela que povos de cultura essencialmente oral desenvolveram um conjunto limitado de gêneros. Após a invenção da escrita alfabética por volta do século VII a.C., multiplicam-se os gêneros, surgindo os típicos da escrita. A partir do século XV, os gêneros expandem-se com o florescimento da cultura impressa para, na fase intermediária de industrialização iniciada no século XVIII, dar início a uma grande ampliação. Hoje, em plena fase da denominada cultura eletrônica, com o telefone, o gravador, o rádio, a TV e, particularmente, o computador pessoal e sua aplicação mais notável, a internet, presenciamos uma explosão de novos gêneros e novas formas de comunicação, tanto na oralidade quanto na escrita.

A par disso, abordamos, neste artigo, o gênero cartas como o alicerce para o surgimento de gêneros diversificados nos mais diversos domínios da cultura humana e, dentre eles, a arena do jornalismo opinativo, na qual a carta do leitor² se insere. Nessa perspectiva, fazemos uma breve incursão histórica, tanto para compreendermos melhor o fenômeno cartas quanto para ampliarmos os nossos horizontes acerca do universo midiático – em especial, o mundo do jornalismo impresso –, seja no Brasil, seja no exterior.

A Carta e seus Usos Sociais ao longo dos Tempos

Parafraseando Bazerman (2009), a carta é a base social de gêneros diferenciados. A bem dizer, pesquisas têm comprovado que o artigo científico, a patente e os relatórios, por exemplo, mantêm relação com as cartas. Em outras palavras, dizemos que aqueles são

² Costa (2009, p. 53), em seu *Dicionário de Gêneros Textuais*, dedica um verbete à *carta do leitor*. Para ele, esse gênero é “geralmente de opinião (argumentativa), circula em jornais e revistas, já que o leitor a envia para manifestar seu ponto de vista sobre matérias que leu”.

“gêneros-filhos” deste “gênero-mãe” (se podemos assim metaforizar). E não para por aí. Muitos outros gêneros têm uma estreita ligação com a correspondência, a exemplo de letras de câmbio, cartas de crédito, livros do Novo Testamento, encíclica papal, jornais, romances, entre outros.

No entanto, nas palavras do referido estudioso:

Os primeiros documentos através dos quais poderíamos mostrar a maior influência das cartas ou não sobreviveram ou não são facilmente acessíveis. Mesmo assim, as poucas evidências que encontrei na literatura secundária sugerem que as cartas podem ter exercido uma influência ampla e importante na formação de gêneros. (BAZERMAN, 2009, p. 84).

É bem verdade que, nos primórdios dos letramentos da humanidade, não podemos imaginar o modelo de sociedade que temos hoje, com o “dilúvio” de gêneros textuais organizadores dos mais diversos sistemas comunicativos nos quais estamos imersos. Da máquina de escrever ao computador, a tecnologia evolui continuamente e, quer queira, quer não, ela interfere nas nossas formas de interação social. Essas mudanças bruscas e urgentes nos desatualizam com muita rapidez, daí a necessidade de sermos leitores e escritores abertos à inovação, a fim de que possamos ter o mínimo de entendimento das práticas sociais e institucionais que são mediadas pelos gêneros na sociedade em que vivemos. Afinal,

[...] os gêneros nos ajudam a navegar dentro dos complexos mundos da comunicação escrita e da atividade simbólica, porque, ao reconhecer uma espécie de texto, reconhecemos muitas coisas sobre a situação social e institucional, as atividades propostas, os papéis disponíveis ao escritor e ao leitor, os motivos, as ideias, a ideologia e o conteúdo esperado do documento e o lugar onde tudo isso pode caber na nossa vida. (BAZERMAN, 2009, p. 84).

Historicizando sobre os primeiros gêneros da cultura escrita, Bazerman (2009) argumenta que o surgimento deles tem relação com os gêneros da performance pública falada (o épico, a história coletiva recitada, o mito, a ode, o coral, o drama, o discurso, o conto popular, a adivinha e a piada), os quais eram transcritos para servir como memoriais e, portanto, faziam parte do acervo para a leitura privada. Ademais, as transcrições de discussões orais sobre conhecimentos e crenças foram relevantes para consolidar a atividade de escrita.

Ainda nessa fase, convém ressaltar que alguns gêneros surgem de atos de fala cotidianos mais comuns, tais como os atos de contar e relembrar. Nesse sentido, foram relevantes também os comandos orais de autoridades, os quais foram transformados em

ordens, leis, códigos e proclamações. Não é sem motivo que a nossa Constituição Federal também se chama Carta Magna.

No dizer de Bazerman (2009), as cartas se expandiram dos usos mais formais e oficiais para o âmbito do particular e, dessa forma, as cartas familiares tornaram-se comuns entre todas as classes sociais da Antiguidade Clássica. Não é sem razão que dois tipos delas chegaram a ser tratadas como documentos eruditos nas escolas e bibliotecas pessoais: cartas sobre temas técnicos ou profissionais e cartas-ensaio, a exemplo das cartas aristotélicas.

Assim, estamos diante de um gênero fértil e multifuncional que não pode ser enquadrado em um único tipo. É pensando nisso que se manifesta o estudioso supramencionado, ao frisar que, do seu amplo uso no mundo clássico, podemos ver como a carta, uma vez criada para mediar a distância entre dois indivíduos, fornece um espaço de relação aberta, que pode ser especificado, definido e regularizado de muitas maneiras diferentes. As relações e transações em curso são mostradas para o leitor e o escritor diretamente por meio das saudações, das assinaturas e dos conteúdos da carta. Além do mais, cartas podem descrever e comentar a relação entre os indivíduos e a natureza da transação corrente.

Falar em cartas numa sociedade grafocêntrica como a nossa – e, por conseguinte, com múltiplos sistemas de gêneros – parece não dizer muita coisa. De fato,

[...] o rótulo **carta** é abrangente e pouco esclarecedor: excetuando-se o formato externo – cabeçalho, data, assinatura – e algumas expressões formulaicas frequentes em suas seções iniciais e finais, o corpo da carta permite qualquer tipo de comunicação: desde as vantagens de um determinado cartão de crédito até informações sobre o condomínio, passando pelas esperadas novidades do amigo que mora no exterior. Todas são cartas, mas não devemos colocá-las na mesma categoria. (PAREDES SILVA, 1997, p. 121, negrito da autora).

É assim que, imediatamente somos convidados a mexer no “baú da memória” e enquadrar as cartas em alguma espécie em particular. Noutros termos, é preciso especificar a que tipo de carta estamos nos referindo, já que, à medida que mais temas e transações, de forma reconhecível, inserem-se nas cartas, o gênero, em si, se expande e se especializa. Essa discussão nos interessa muito de perto, dado que o fenômeno investigado na nossa pesquisa – a carta do leitor – pode ser considerado uma variedade do gênero cartas, em sentido amplo.

Curioso e de especial interesse para o nosso foco de estudo é o papel desempenhado pela impressão, pois com ela multiplicaram-se cópias de textos para audiências amplas e

desconhecidas. Com isso, pelo menos três principais tipos de escrita que floresceram na cultura impressa parecem ter alguma conexão com a carta: o jornal, a revista científica e o romance.

Como podemos notar, o estudioso norte-americano deixa explícita em sua exposição a relação entre a carta e alguns gêneros/suportes da cultura impressa. Desse modo, o jornal, para ele, provavelmente mantém algum tipo de relação com a carta, mesmo que sejam traços residuais. Não é sem propósito que, nas palavras de Bazerman (2009, p. 94), “muitos dos elementos das cartas ainda permanecem na indústria jornalística; por exemplo, repórteres mantidos em países e cidades distantes são, ainda hoje, referidos como correspondentes, mesmo nos programas noticiosos da televisão”.

Enfim, como nem sempre temos a consciência devida da importância das cartas, na maioria das vezes, o que percebemos é que, no repertório de gêneros da coletividade, elas figuram como um gênero trivial e, para muitos, ao falarmos em carta, parece estarmos nos referindo a algo obsoleto. É comum ouvirmos as pessoas desdenharem da carta pessoal enviada/recebida via Correios, visto que, para elas, estamos na “era do e-mail, do telefone celular e das redes sociais digitais”. Essas mesmas pessoas nem se dão conta de que até mesmo o e-mail é uma espécie de “carta virtual”. A rigor, ele não é uma novidade radical.

Seguramente, de uma coisa não podemos nos esquecer: as cartas, comparadas a outros gêneros, podem parecer simples por serem tão abertamente ligadas às relações sociais e a escritores e leitores particulares, mas isso só significa que elas nos revelam clara e explicitamente a socialidade que faz parte de toda escrita. Isso, entretanto, pode ser a própria razão por que as cartas têm sido tão instrumentais na formação de gêneros mais especializados e menos autointerpretativos.

Também tratando de cartas, Paredes Silva (1988), na sua tese de doutoramento, tomando cartas pessoais como *corpus* da sua pesquisa – embora não seja esse o fenômeno investigado por ela –, tece alguns comentários acerca desse gênero textual. A autora discute um pouco aquilo que Bazerman havia afirmado há pouco: a relação das cartas, e mais especificamente da carta pessoal, com a oralidade. Ainda segundo Paredes Silva (1988, p. 73), “há textos escritos que caminham na direção da oralidade – é o caso das cartas pessoais. E é nessa encruzilhada do oral com o escrito, da narrativa com o depoimento, que é preciso considerá-los, em seu produto acabado”.

O tom distenso que permeia esse gênero textual permite que ele seja aproximado à conversação espontânea, embora reconheçamos hoje que até mesmo esta tem suas regras, haja

vista o que provam as pesquisas linguísticas, na área dos Estudos Conversacionais. Além do mais, convém tomar ambos os gêneros – a carta pessoal e a conversa espontânea – para além do individual, inserindo-os em quadros sociológicos mais amplos.

Portanto, Paredes Silva (1988) está certa ao dizer que a aproximação da “conversa solta” com cartas pessoais mostra-se produtiva: na escrita, elas representam o que há de mais próximo a uma conversa casual. Assuntos do dia a dia também podem ir se sucedendo ao sabor das circunstâncias, assim como vão surgindo as digressões, as associações e as lembranças.

Para essa estudiosa, uma diferença a ser notada entre a “conversa escrita” e a conversa casual é que aquela é circunstancialmente assimétrica, uma vez que a escolha do tema, as condições do dizer, a determinação do tempo, enfim, a detenção do poder fica a cargo de apenas um dos participantes. Por outro lado, esse gênero textual é terreno fértil para a marcação da subjetividade, dado que, no seu fio discursivo, expressão de sentimentos, afeto e emoções são constantes.

É válido ressaltar que, mesmo tendo um escopo mais linguístico, a pesquisa da autora chega, em certo sentido, a fazer rudimentos de uma análise da organização retórica da carta pessoal, muito embora ela não faça menção a esse dispositivo teórico-analítico, dado que não é essa a perspectiva teórica com a qual ela trabalha em sua tese.

A Esfera Jornalística e o Jornalismo Opinativo

Inicialmente, é coerente frisar que estamos numa esfera da comunicação bastante específica: a jornalística (BAKHTIN, 2003). Naturalmente, as condições de produção/recepção da carta do leitor são fortemente marcadas pelas particularidades do mundo do jornal. A propósito, estamos considerando a carta do leitor como um gênero jornalístico não apenas por estar na seção de opinião do suporte em que circula (jornal impresso, no nosso caso), mas, principalmente, por emergir de um processo de retextualização. Melhor dizendo, o texto enviado pelo leitor (geralmente o cidadão comum) é submetido à apreciação do editor do jornal, que poderá editá-lo antes da publicação. Assim sendo, torna-se necessário conhecer um pouco mais do universo jornalístico, com o intuito de compreender melhor o funcionamento do gênero em tela nesse contexto comunicativo.

Ancorados nos estudos de Marques de Melo (2003a), inicialmente é fundamental ratificar que o jornalismo é um fenômeno universal, mas com raízes europeias. E, no caso

brasileiro, em particular, não podia ser diferente: ele nutre-se do modelo português, sem abrir mão das influências francesa, britânica e norte-americana, embora tenha sua identidade própria. Com efeito,

[...] produto da confluência de padrões importados (...), durante o século XIX, o Jornalismo Brasileiro adquiriu identidade própria no bojo do processo de modernização da imprensa, que se transforma, no transcurso do século XX, para enfrentar a competição com o rádio e a TV. (MARQUES DE MELO, 2003b, p. 9).

Contudo, não é sem motivo que o jornalismo brasileiro sofre essas transformações. Elas estão relacionadas às mudanças sócio-históricas no panorama mundial, ou seja, esse fenômeno tem como pano de fundo a experiência democrática que o país vivenciou no período seguinte à Segunda Guerra Mundial, bem como as inovações tecnológicas da conjuntura desenvolvimentista, aceleradas com a abertura das nossas fronteiras à cultura transnacional, no alvorecer do século XXI.

Embora tenha havido interpretações equivocadas, por parte de alguns autores, no sentido de associar jornalismo a jornal, o estudioso acima referido (2003a) entende que o jornalismo deve ser concebido como um processo social que se articula a partir da relação entre organizações formais e coletividades, por meio de canais de difusão que asseguram a transmissão de informações em função de interesses e expectativas.

Com essa visão, desfaz-se a ideia errônea de alguns ao associar jornalismo apenas à mídia impressa, na medida em que a categoria jornalismo envolve também o radiojornalismo, o telejornalismo e, mais recentemente, o webjornalismo. Por outro lado, não podemos negar que a própria imprensa viabilizou tecnologicamente o jornalismo, em função das necessidades sociais e culturais nas operações mercantis e financeiras que movimentavam as cidades, na circulação mais rápida das ideias e dos inventos que tornaram a reprodução do conhecimento um fator político significativo.

Segundo relato de Marques de Melo (2003a, p. 19), “as primeiras manifestações do jornalismo – as *relações*, os *avisos*, as *gazetas*, que circulam escassamente no século XV e ampliam-se no século XVI – atendem à necessidade social de informação dos habitantes das cidades, súditos e governantes”. Assim, a fase embrionária do jornalismo é fortemente marcada pela censura prévia exercida pelos Estados nacionais e pela Igreja nas nações católicas, por isso a periodicidade das publicações impressas era praticamente ausente. Mais adiante, Marques de Melo (2003a, p. 22) esclarece que “o autêntico jornalismo – processos

regulares, contínuos e livres de informação sobre a atualidade e de opinião sobre a conjuntura – só emerge com a ascensão da burguesia ao poder e a abolição da censura prévia”, por volta do século XVII.

Ora, França e Inglaterra são países pioneiros na luta pela consolidação da “liberdade de imprensa”. Entretanto, coube aos Estados Unidos da América, no século XIX, dar à imprensa uma feição mais industrial, em função do seu acelerado ritmo produtivo. Assim, a informação converte-se em mercadoria, configurando-se como um empreendimento rentável.

A bem da verdade, o fim da censura prévia constituiu um fator preponderante, para que o jornalismo assumisse fisionomia peculiar – a de uma atividade comprometida com o exercício do poder político, difundindo ideias, combatendo princípios e defendendo pontos de vista. Nesses primeiros momentos da sua afirmação, o jornalismo caracteriza-se pela expressão de opiniões. À medida que a liberdade de imprensa beneficiava a todos, as diferentes correntes de pensamento ou os distintos grupos sociais se confrontavam por intermédio das páginas dos jornais por eles editados.

Pelo visto, as considerações acima apontam para um processo gradativo, em que, cada vez mais, os cidadãos participam da atividade jornalística. O silêncio imposto pelos que detêm o poder começa a ser relativamente rompido e, dessa forma, passamos a “ouvir” as vozes que se autoafirmam, para além de publicações clandestinas ou oficiais, com mero cunho de propaganda governamental.

Um fato curioso diz respeito à maior ou menor presença do leitor na cena jornalística, que varia de acordo com os sistemas de governo que regem os países. No mundo socialista, por exemplo, havia maior preocupação dos jornais com seus leitores que nas sociedades capitalistas. Isso justifica, em certo sentido, a maior reserva de espaço para publicação de cartas de leitores em jornais e revistas da imprensa socialista, a exemplo do que acontecia na ex-União Soviética e em outros países que pertenciam a esse mesmo sistema de governo.

Contudo, isso não invalida a tese de que as cartas dos leitores não são um privilégio socialista. Sociedades capitalistas, como a nossa, também cedem espaço na imprensa para que se ouça a voz do leitor, porém em menor proporção, daí o leitor aparecer em posição secundária no conjunto das políticas editoriais. Com efeito, a opinião do leitor não aparece somente nas cartas. Muitas vezes ela está diluída em outras páginas do jornal, como nas enquetes que coletam a opinião pública por amostragem sobre um determinado tema, nas entrevistas e nas matérias pagas, embora todas passem pelo crivo editorial. Em todo caso, é razoável entender que “a *carta* é, contudo, aquele espaço em certo sentido democrático, ao

qual cada um pode recorrer” (MARQUES DE MELO, 2003a, p. 175), muito embora nem tudo que se envia ao jornal seja publicado. Não podemos nos esquecer também de que, antes mesmo de ser publicada, a carta do leitor é editada, o que põe em xeque essa “democracia” referida pelo autor.

Isso posto, é plausível entendermos que o funcionamento da engrenagem jornalística é uma atividade complexa, que não foge ao direcionamento ideológico da empresa que o gera; seja ele informativo, interpretativo, opinativo ou diversional, o jornalismo, como processo midiático, não é neutro, objetivo, nem transparente. É assim que, na prática, o ato de selecionar – ideológico por excelência – marca a linha editorial, isto é, a ótica sob a qual o veículo de comunicação vê o mundo, atendendo aos seus interesses, por meio do poder de que dispõe.

Afinar-se com a linha é, pois, comungar com a opinião da empresa. Isso é tão forte que aquele que não “rezar conforme a cartilha” será expulso do grupo, pois “quem milita nos meios jornalísticos sabe que de períodos em períodos as empresas efetuam reformulações nos seus quadros redacionais e ‘expurgam’ aqueles que insistem em desafiar a orientação oficial” (MARQUES DE MELO, 2003a, p. 77). Mais que isso: “quase sempre os boletins ou matérias que enchem as cestas do lixo são aqueles que colidem com a linha editorial da empresa, e por isso não vale a pena sequer tomá-los como ‘dicas’ para as pautas” (MARQUES DE MELO, 2003a, p. 84).

Essa discussão traz à baila os chamados filtros ideológicos do jornalismo, isto é, os mecanismos que intervêm no processo de seleção das unidades informativas. Seguindo a taxonomia do estudioso referido, temos as pautas – herança do jornalismo norte-americano – que são escritas por jornalistas enclausurados (pauteiros) e funcionam como uma espécie de previsão do que se desenrolará no dia seguinte. Outro filtro é a cobertura, que é uma estrutura organizada para acompanhar o que está ocorrendo na sociedade (leiamos, elite), como a Presidência da República, o Congresso Nacional e assim por diante.

Além dessas, ainda temos as fontes, que podem ser próprias, contratadas ou voluntárias. Formam as primeiras os correspondentes, as sucursais e a reportagem local; são exemplos das segundas as agências informativas, que se especializam na cobertura de fatos nacionais e internacionais; constituem as terceiras os serviços de relações públicas montados por empresas estatais, corporações privadas, órgãos governamentais e até mesmo pelos movimentos sociais.

E, por fim, o copidesque – outra herança do jornalismo norte-americano – que cumpre o papel de microfiltro. Em outras palavras, ele cuida da unificação da linguagem utilizada, especificamente no âmbito do jornalismo informativo. No caso da imprensa, o jornalista corrige e reescreve matérias, adequando-as ao estilo do veículo de comunicação; em suma, é uma espécie de peneira fina a serviço da linha editorial.

Dessa forma, longe de um jornalismo monolítico, ou melhor, que se constitua como obra de uma só pessoa (O *Correio Braziliense*, primeiro periódico brasileiro, é um exemplo clássico desse monolitismo), tem-se hoje um jornalismo industrial que, mesmo com seus mecanismos de supervisão e controle, apresenta diferentes perspectivas na apreensão e valorização da realidade: a da empresa, a do jornalista, a do colaborador, a do leitor, entre outras, diluídas em vários gêneros que engendram o todo da produção jornalística de um periódico.

Um fato que merece ser observado é que nem sempre o jornal – ou a mídia impressa em geral – foi privilégio de todos os brasileiros, como ainda não o é. Todavia, houve avanços, mesmo que mínimos. Apesar da ainda evidente exclusão midiática, principalmente entre aqueles de menor poder aquisitivo, a imprensa tem ganhado uma dimensão mais massiva, desde meados do século passado. E dois fatores foram extremamente significativos para isso: a ampliação das oportunidades educacionais e a relativa elevação da capacidade aquisitiva, permitindo aos trabalhadores da indústria o consumo de bens simbólicos. O pano de fundo dessa revolução cultural é o poderio da democracia representativa, que se firma no desejo de participação política dos cidadãos.

Diante desse quadro, não podemos nos esquecer de que a imprensa figura na história da humanidade como a inovação que alterou profundamente a marcha civilizatória. Em parte, ela instaurou a cidadania, criando condições indispensáveis para a emergência das sociedades democráticas. Mas estas somente logram aperfeiçoamento e consolidação na medida em que são capazes de garantir o regime da liberdade de imprensa.

Em princípio, não é demais reiterar que a invenção gutenberguiana provocou uma revolução avassaladora na imprensa e, conseqüentemente, nas relações sociais. Ela incomodou, principalmente, os “donos do poder”, tanto civil quanto eclesiástico, que instauraram a censura prévia como forma de controlar e manipular o que se publicava. Mas, “é no bojo das democracias construídas pela Revolução Norte-Americana (1776) e pela Revolução Francesa (1789) que a liberdade de imprensa ganha legitimidade política,

ensejando modelos que se reproduziram em várias partes do mundo”. (MARQUES DE MELO, 2003b, p. 145). Inclusive entre nós.

No que tange à realidade brasileira, Marques de Melo (2003b) comenta que não poderia ser diferente. Permanecemos sob o regime da censura *a priori* até 1820, quando a Revolução do Porto estabelece na metrópole lusitana a liberdade de impressão. Os patriotas, dentre eles os brasileiros, aproveitaram o ensejo para publicar jornais nas nossas cidades mais importantes, contribuindo, de alguma forma, para a consolidação da Independência do Brasil em 1822. Depois disso nasceu um novo tipo: a censura *a posteriori*, cuja finalidade era coibir os abusos cometidos por cidadãos que se desviassem das normas coletivamente instituídas. Não obstante é somente com a Constituição de 1988, cujo modelo é norte-americano, que ambas as censuras serão abolidas definitivamente, figurando, a partir daí a Lei de Imprensa, que disciplina os crimes de informação e opinião. Noutras palavras, a punição agora constitui prerrogativa do poder judiciário.

É certo que a ditadura produziu momentos nebulosos na história política do Brasil. Todas as atribulações desse período, presenciadas em pleno século XX, marcaram o regime do Estado Novo, na segunda metade dos anos 1930 e princípio dos anos 1940; e o ciclo militar pós-64, que perdurou até a sanção da nossa Constituinte de 1988. Nos “anos de chumbo”, cidadãos, jornalistas, artistas, intelectuais, enfim, opositoristas ao governo vigente tiveram a sua liberdade de expressão tolhida. Essa “cultura do silêncio” teve fortes implicações na governabilidade do nosso país e no meio midiático, inclusive na imprensa.

Por outro lado,

[...] é inegável o reconhecimento de que o período posterior à Constituição de 1988 afigura-se como aquele em que desfrutamos de plena liberdade de expressão e de comunicação pública no Brasil. Nunca a imprensa valeu-se dessa competência de informar livremente a sociedade como na última década. (MARQUES DE MELO, 2003b, p. 147).

Em que pese o encantamento da afirmação do autor, particularmente ao acreditar numa “plena liberdade de expressão”, não podemos nos esquecer de que, de alguma maneira, a vida democrática está ancorada na liberdade de imprensa, entendida como “a expressão plural das correntes de pensamento que atuam na sociedade. Mas ela só se robustece quando o conjunto da sociedade usufrui os benefícios da informação pública” (MARQUES DE MELO, 2003b, p. 149). De fato, se olharmos para o passado, fica mais fácil compreendermos que, de alguma forma, houve algum tipo de progresso.

A Carta do Leitor na Contemporaneidade

Considerando as discussões até aqui travadas, não podemos nos esquecer das relações de “parentesco” entre as cartas e a carta do leitor. Já dissemos, ancorados em estudiosos do assunto, que as cartas são um gênero plural, que pode servir a inúmeros propósitos comunicativos. Todavia, agora, estamos diante de uma ramificação desse gênero. Dito de outra forma, acreditamos que a carta do leitor, conforme sua própria designação explícita, mantém traços “genéticos” com os chamados gêneros epistolares. Aliás, no veículo de comunicação que nos serviu de suporte para a pesquisa, toda carta do leitor parte, em sua concepção, de uma carta fechada ou de um e-mail. Entretanto, é somente no layout do jornal, depois de editada, que ela ganha identidade de carta do leitor.

Nessa direção, reiteramos que a carta do leitor está situada dentro do chamado jornalismo opinativo. Por se tratar da expressão da opinião dos leitores do jornal, não poderia deixar de estar em local mais apropriado. Nos jornais da grande imprensa, é comum ver seções destinadas especificamente para esse fim com os mais variados nomes. No nosso caso em particular – o *Jornal do Commercio* de Pernambuco –, esse espaço do jornal denomina-se “Cartas”, dentro de uma seção maior designada como “Opinião”, na qual se encontram ainda os artigos de opinião, o editorial, a charge e as crônicas.

Para esse jornalista português:

As secções de <<Cartas ao Director>>, estimável tradição da imprensa em países de liberdade de expressão, representam um lugar destinado ao contacto com os leitores, onde se acolhem opiniões e informações. Os textos são necessariamente curtos, a fim de abranger o maior número de participantes possível no espaço disponível. (MESQUITA, 1998, p. 182).

De fato, o leitor deveria ser realmente o foco da produção jornalística, uma vez que tudo o que se publica no jornal é para ser lido por alguém que compra o produto, contribuindo para a rentabilidade da empresa. Para Marques de Melo (2003a, p. 173), o leitor representa o outro polo da produção jornalística, “pois o processo só se completa quando a informação coletada e selecionada pela instituição noticiosa chega ao seu conhecimento e ele a confronta com o seu referencial comunitário”.

É assim que deveria ser, porém não o é. Segundo o autor, a produção jornalística é unidirecional, centrada na transmissão de informações. O leitor, nesse caso, não é o principal

elemento do processo. Ele é apenas um ponto de articulação, “o ponto de chegada da produção jornalística, sem o qual a instituição não sobrevive” (MARQUES DE MELO, 2003a, p. 173). Desse modo, o leitor/receptor não participa do processo de produção jornalística. Ou melhor, não participa ativamente.

As considerações acima expostas são importantes para que entendamos a (não) participação do leitor frente ao processo do todo jornalístico. Elas são fundamentais ainda para justificar o porquê da recorrência dos leitores à carta, conforme textualiza o próprio Marques de Melo:

Enquanto não emergem soluções tecnológicas e políticas que viabilizem essa participação do público nas experiências jornalísticas, resta ao cidadão recorrer à *carta* como um recurso para expressar pontos de vista, suas reivindicações, sua emoção. Trata-se de um recurso possível, mas nem sempre viável. Pois depende dos mecanismos inerentes à instituição jornalística para lograr difusão. (MARQUES DE MELO, 2003a, p. 173, *itálico do autor*).

Quando se trata de assunto pessoal, o cidadão que se sentir prejudicado poderá recorrer ao direito de resposta, assegurado legalmente. Logo, o erro cometido poderá ser reparado e publicado em edições posteriores. Com seu caráter relativamente atemporal, a carta do leitor caracteriza-se como um gênero que reproduz “o ângulo de observação que resgata o outro lado do fluxo jornalístico: o do receptor, o da coletividade” (MARQUES DE MELO, 2003a, p. 67).

No caso do *Jornal do Commercio* de Pernambuco, encontramos muitas missivas que nem sempre tratam de intervenção no debate público. Na verdade, há muitas cartas, inclusive de crítica/reclamação, que abordam temas políticos; são verdadeiros exemplos da participação dos cidadãos pernambucanos nas questões de interesse nacional. Por outro lado, identificamos muitas epístolas em que os cidadãos/leitores reclamam da prestação de serviços de telefonia, água, luz, transporte público, infraestrutura etc., ou seja, questões de cunho mais particular.

Do ponto de vista histórico, não encontramos na literatura pesquisada uma data que sirva de marco para o surgimento das cartas dos leitores nos jornais. Por outro lado, temos informações que funcionam como pistas para tecermos algumas considerações a esse respeito. A primeira delas diz respeito aos diferentes momentos da governabilidade das nações. A forte censura por parte do Estado e da Igreja ceifava a liberdade de imprensa. A voz do leitor no jornal possivelmente não se fazia ouvir, até porque a grande massa era analfabeta e não

desfrutava desse bem cultural que é a escrita. Em suma, Igreja e Estado sempre foram os filtros que arbitrariamente faziam o que bem lhes parecia.

No caso brasileiro, encontramos um dado significativo:

O Correio Braziliense ou *Armazém Literário*, primeiro periódico publicado por brasileiro, e primeiro livre da censura portuguesa, circulou de 1º de junho de 1808 a dezembro de 1822. (...) Dividia-se em seções: *Política*, contendo documentos oficiais, nacionais e estrangeiros; *Comércio e Artes*, com informações sobre o comércio nacional e internacional; *Literatura e Ciências*, com informações científicas e literárias, livros e sua crítica; *Miscelânea*, com matéria variada, informações do Brasil e de Portugal e até polêmicas; *Reflexões*, sobre as novidades do mês, com os comentários dos acontecimentos recentes; e ***Correspondência, que inseria as comunicações recebidas, às vezes anônimas, às vezes sob a responsabilidade de estranhos, com o próprio nome ou pseudônimos*** (...). (SODRÉ, 1966, p. 28, negritos nossos).

Essa informação nos assegura que as cartas de leitores já figuravam até mesmo no primeiro periódico brasileiro livre da censura prévia, no século XIX. Lá já se podia encontrar a seção “Correspondência”, evidenciando que o diálogo do jornal com seus leitores é fato antigo, conquanto ocorresse de forma tímida, obviamente.

Entendemos, portanto, que, do ponto de vista político e econômico, a queda das monarquias, a ascensão da burguesia ao poder e, sobretudo, a abertura democrática, fruto de revoluções em várias partes do mundo, possibilitaram uma maior participação do público leitor na mídia impressa. Cremos que seja a partir daí que começa a figurar nos jornais a opinião dos cidadãos comuns os quais, ávidos por participar do debate público e por exteriorizar seus anseios, não se furtam a enviar seus escritos às redações dos jornais.

Ademais, o papel da escolarização para dominar a tecnologia da escrita e o aumento do poder aquisitivo das classes menos favorecidas também são fatores relevantes para a consolidação desse ideal democrático e, conseqüentemente, dessa participação mais ativa no mundo midiático, como forma de exercício da cidadania.

Caracterização da Carta do Leitor

Nesta seção, sistematizamos, com base na literatura consultada, algumas características do gênero carta do leitor. Primeiro, há de se convir que se trata de “um texto utilizado em situação de ausência de contato imediato entre remetente e destinatário” (BEZERRA, 2010, p. 228) e que tem como suporte jornais e revistas (em suas versões

impressas e eletrônicas), dirigidos aos diversos tipos de público (infantil, infanto-juvenil, adulto).

Seguramente, esse é um gênero com diferentes nomenclaturas, tendo em vista que é conhecido no meio em que circula como carta do leitor, carta de leitor, carta à redação, carta ao redator, carta ao editor, carta ao diretor. Com base nisso, cada jornal/revista dá um nome específico para a seção em que elas aparecem: Painel do leitor, Cartas, Voz do leitor, Fala o leitor, A palavra do leitor (SILVEIRA, 1979); Agora eu digo, Do leitor, Sempre quis saber, Super leitor (ESPÍNDULA, 2011), entre outros.

Do ponto de vista de sua organização estrutural, a carta do leitor é um gênero “transmutado”. Ou seja, em sua concepção, assemelha-se à carta pessoal ou ao e-mail, apresentando seção de contato, núcleo da carta, seção de despedida, assinatura (NOVAES, 2006); pós-edição, caracteriza-se como um texto curto, que geralmente contém título – como forma de sumarização do assunto do texto (CECILIO; RITTER, 2010) –, corpo do texto, nome do autor, local (colocado na parte inferior da carta), ausência da data de envio (PASSOS, 2003); algumas vezes apresenta endereço de e-mail para contato; outras vezes traz a função/cargo desempenhado pela pessoa que enviou a carta (NUNES, 2012).

A bem dizer, a carta do leitor configura-se como um gênero de múltiplos propósitos comunicativos; geralmente tem a finalidade de elogiar, solicitar, divulgar, sugerir, perguntar, agradecer, retificar, esclarecer, criticar, denunciar, reclamar (NUNES, 2012). Esses três últimos parecem ser os propósitos predominantes, o que levou Costa (2005) a rotular a carta do leitor de “gênero porta-voz de queixa, crítica e denúncia” ou ainda de “um dispositivo eficaz de divulgação de problemas”. Lemos (1979) preferiu metaforizá-las como uma “espécie de *muro das lamentações*”.

Quanto às formas de envio, não podemos negar que, com o advento da internet, a forma mais prática para se enviar um texto à redação é por e-mail, porém a maioria dos jornais/revistas também recebe cartas via correio (COSTA, 2005) ou fax (KÖCHE; BOFF; MARINELLO, 2010); outros periódicos ainda recebem ligações telefônicas e as transformam em cartas, o que evidencia um processo de retextualização (NUNES, 2012).

Um aspecto curioso em relação ao gênero em debate diz respeito ao fato de ele ser produzido pelo leitor e editado pela edição do jornal. Melhor dizendo, o leitor da mídia envia a carta ao editor da revista/jornal – “leitor preferencial”, no dizer de Buani (2007) –, que poderá alterá-la, adaptando-a para “resguardar o ethos do jornal” (COSTA, 2005). Por isso, dizemos que se trata de um gênero retextualizado, já que o texto é produzido pelo “leitor, de

quem partiu o texto original, e [pel]o jornalista, que o reformulou” (BEZERRA, 2010, p. 228). Isso evidencia que “nem todas as cartas recebidas por um jornal são publicadas. Há uma triagem, uma seleção. É a redação que decide qual carta publicará” (MELO, 1999, p. 28).

É inegável o caráter aberto da carta ao editor, visto que se trata de um gênero de domínio público (BEZERRA, 2010), assim como os demais publicados em jornais/revistas, uma vez que pode ser lido “por todos os leitores do meio de comunicação para o qual foram enviadas” (CARDOSO; SILVA, 2006, p. 15), ou seja, é “dirigida a destinatários desconhecidos” (PASSOS, 2003, p. 81).

No que concerne aos níveis de linguagem, por se tratar de uma espécie de carta, próxima de uma “conversa por escrito”, a carta do leitor quase sempre é produzida num registro formal distenso. Em outros termos, não chega a ser ultraformal, tampouco predominantemente informal. Para Costa (2005), “espera-se que a linguagem usada se aproxime da modalidade oral da língua”; conforme aponta Buani (2007), a depender do veículo em que a carta apareça, é possível até mesmo a “presença de gírias no texto”. Na visão de Nunes (2011, 208), “embora circule na modalidade escrita da língua, a *Carta do Leitor* apresenta marcas da oralidade, ratificando a ideia do *continuum* tipológico dos gêneros textuais”.

Por outro lado, Espíndula (2011) afirma que as cartas “usam a linguagem em sua variedade culta”, perspectiva que se coaduna com Melo (1999) e Passos (2003). Bezerra (2010) adverte que se trata de um gênero textual de fácil acesso que “está escrito em registro formal ou semiformal do português”, variando conforme o suporte. Portanto, inferimos que há uma variação de registro, ocasionada pelos diferentes veículos de comunicação e públicos-alvo a quem a carta se destina.

Embora a carta do leitor seja uma “ramificação” do gênero maior cartas, Melo (1999, p. 14-15) classifica-a como “um gênero secundário” (BAKHTIN, 2003), pois “a carta pode sofrer modificações, pode vir a ser editada antes de sua publicação, o que implica na reformulação do texto original”. Ademais, o ato de elogiar, reclamar, esclarecer, entre outros, é praxe na oralidade das interações cotidianas. Logo, a carta ao editor os incorpora e dá-lhes uma feição de texto escrito, também contribuindo para caracterizá-la como um gênero secundário. Mesmo assim, dada a sua “espontaneidade” (MATIAS, 2007), e por apresentarem quase sempre uma sintaxe menos rigorosa, as cartas de leitores foram classificadas por Fontanini (2002, p. 227) como “textos breves de cultura popular”.

A carta do leitor também é caracterizada como um gênero híbrido. De fato, quando da sua concepção, ela tem “formato semelhante à carta pessoal” (CARDOSO; SILVA, 2006), já que “está inserida dentre as cartas de caráter pessoal” (PASSOS, 2003), resguardadas as suas particularidades. Para Cecilio e Ritter (2007), o caráter interativo das cartas à redação “reforça a ideia de aproximação da carta do leitor com a carta pessoal”, no suporte investigado por elas. De outro modo, Melo (1999), p. 23) defende que “a carta à redação guarda pouca semelhança (...) com o gênero epistolar carta. (...) Escreve-se para os possíveis leitores, que, podendo se qualquer um, são todos, é o público leitor, heterogêneo e bastante indeterminado”.

Apesar de se postular que a carta do leitor é um gênero opinativo e, por conseguinte, predominantemente argumentativo, em virtude da presença de recursos “que caracterizam a argumentatividade presente no texto” (SILVA, 2011), nada impede que outras sequências textuais possam vir a aparecer. Segundo Passos (2003, p. 87), as “cartas são constituídas de sequências argumentativas, expositivas e narrativas”, no suporte que investigou. Exceto a sequência dialogal, a nosso ver, todas as demais podem aparecer na carta do leitor. É assim que entendemos esse gênero como tipologicamente heterogêneo (NUNES, 2012).

Sem dúvida, o gênero em tela apresenta uma considerável versatilidade temática. Conforme Passos (2003, p. 86), “o corpo do texto das *cartas de leitor*, como em qualquer outra carta, versa sobre assuntos variados”. Ademais, elas também variam a depender do suporte. Bezerra (2010) exemplifica que a revista *Veja* frequentemente aborda temas de interesse nacional, a *Capricho* centra-se em temas de interesse pessoal, ao passo que a *SuperInteressante* tem um viés mais científico. No caso da pesquisa de Cecilio e Ritter (2007, p. 2064), “as cartas abordam temas que remetem a edições anteriores da revista ou à solicitação de reportagens”.

Como se trata de um gênero textual menos padronizado, já que é um tipo de carta, o leitor/escrevente sente-se mais à vontade para expressar seus pensamentos. Ao contrário dos gêneros científicos e da burocracia administrativa e empresarial, que tendem a ser mais objetivos e impessoais, segundo Passos (2003, p. 101), as cartas de leitores apresentam “características interativas e subjetivas”, como por exemplo na “desinência número/pessoal dos verbos” que trazem à tona a “marcação da subjetividade, prevalecendo o eu como elemento centralizador”.

Todavia, conforme esclarecem Cardoso e Silva (2006), convém ressaltar que nas cartas de leitores podem aparecer linguagem mais pessoal ou mais impessoal ou, ainda, a possibilidade de utilizar os dois tipos de linguagem ao mesmo tempo; enfim, maior ou menor

impessoalidade, de acordo com a intenção do autor. Numa perspectiva benvenistiana, Mello (2007, p. 1957) afirma que “a (inter)subjetividade está no uso da língua em qualquer instância comunicativa, embora não marcada formalmente”.

Não é um equívoco afirmar que quem envia cartas à redação são escreventes “anônimos”. Para Melo (1999, p. 26), “na maioria das vezes, são leitores anônimos que assinam as cartas”. Com efeito, o anonimato a que a autora se refere diz respeito ao fato de os leitores/escreventes serem pessoas que não ocupam o alto escalão do governo ou que não são reconhecidos pela população em geral. Em outros termos, Bezerra (2010, p. 229) explicita que são pessoas comuns “apenas identificadas, na seção de cartas, pelo nome e cidade/estado de onde enviam a correspondência”.

Outra característica da carta de leitor é a sua atemporalidade relativa. Enquanto alguns gêneros têm um caráter mais duradouro, outros “envelhecem” muito rapidamente. Se compararmos charges com receitas culinárias, não fica difícil compreender que aquelas são bem mais temporais – “sincronizadas com o emergir e o repercutir dos acontecimentos” (MARQUES DE MELO, 2003a, p. 66) –, enquanto estas são mais atemporais, ou seja, podem ser compreendidas em diferentes épocas, sem depender inteiramente da situação retórica que as originou. Diante disso, a carta do leitor se situa num nível de relativa atemporalidade, já que não é completamente dependente do contexto imediato; apesar de “alimentar-se”, em grande parte, de matérias jornalísticas, estrutura-se “de modo temporalmente mais defasado”, já que “não coincidem como o seu [dos fatos] momento eclosivo” (MARQUES DE MELO, 2003a, p. 66).

Considerações Finais

Neste artigo, foram abordados assuntos que contemplam um olhar sócio-histórico sobre as cartas, como gênero que deu origem (e continua dando) a muitos outros. Nesse sentido, não ficaram de fora considerações acerca do trabalho jornalístico, no que concerne aos recursos que favorecem o direcionamento ideológico da mídia, a fim de que compreendêssemos melhor o funcionamento do gênero carta do leitor. Por fim, elencamos, baseados em pesquisas realizadas com o gênero em tela – sob as mais diferentes perspectivas teóricas –, algumas características constatadas em cartas à redação. Espera-se que este artigo possa servir de subsídios para o trabalho com a carta do leitor em sala de aula, bem como para a produção de material didático.

Referências

BAKHTIN, M. M. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da Criação Verbal*. Tradução feita do russo por Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-306.

BAZERMAN, C. *Gêneros Textuais, Tipificação e Interação*. Tradução e adaptação de Judith Chambliss Hoffnagel e Angela Paiva Dionisio. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BEZERRA, M. A. Por que cartas do leitor na sala de aula. In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org.). *Gêneros Textuais e Ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. p. 225-234.

BUANI, M. H. O. Cartas do leitor como estratégia para o ensino de Língua Portuguesa. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. *O Professor PDE e os Desafios da Escola Pública Paranaense*, 2007. Curitiba: SEED/PR, 2007. V.1. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2007_utfpr_port_artigo_marcia_helena_ortega_buani.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2017.

CARDOSO, D. P.; SILVA, A. E. S. Cartas do leitor: atividades para o ensino médio. *Interdisciplinar*, v.2, n. 2, p 13-20, 2º sem. 2006. Disponível em: <<http://200.17.141.110/periodicos/interdisciplinar/index.htm>> Acesso em: 28 out. 2010.

CECILIO, S. R.; RITTER, L. C. B. Leitura e análise linguística: carta do leitor na revista Ciência Hoje das Crianças. In: COLÓQUIO DE ESTUDO LINGUÍSTICOS E LITERÁRIOS, 3., 2007, Maringá/PR. *Anais*. Maringá: UEM, 2007. p. 2059-2069. Disponível em: <www.ple.uem.br/3celli_anais/...linguisticos/pfd_linguisticos/096.pdf> Acesso em: 05 jan. 2011.

COSTA, S. G. Cartas de leitores: gênero discursivo porta-voz de queixa, crítica e denúncia no jornal O Dia. *Solettras*, Rio de Janeiro, v. 10, 2005. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/solettras/article/view/4549/3325>> Acesso em: 11 jul. 2017.

COSTA, S. R. *Dicionário de Gêneros Textuais*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

ESPÍNDULA, D. V. I. Ensinando o gênero *carta do leitor*: um dos caminhos possíveis. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE GÊNEROS TEXTUAIS, 6., 2011, Natal. *Anais*. Natal: UFRN, 2011. p. 1 - 14. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/visiget/>> Acesso em: 30 nov. 2011.

FONTANINI, I. Cartas ao editor: a linguagem como forma de identificação social e ideológica. In: MEURER, J. L.; MOTTA-ROTH, D. (Org.) *Gêneros Textuais e Práticas Discursivas*. Bauru, SP: EDUSC, 2002. p. 225-238.

KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B; MARINELLO, A. F. *Leitura e Produção Textual: gêneros textuais do argumentar e expor*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LEMOS, A. Cartas de leitores: cartas (ainda) fechadas. In: NEOTTI, C. (Org.) *Comunicação e Consciência Crítica*. São Paulo: Edições Loyola, 1979. p. 191-213.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org.). *Gêneros Textuais e Ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. p. 19-38.

MARQUES DE MELO, J. *Jornalismo Opinativo: gêneros jornalísticos no jornalismo brasileiro*. 3. ed. Campos do Jordão, SP: Mantiqueira, 2003a.

MARQUES DE MELO, J. *Jornalismo Brasileiro*. Porto Alegre: Sulina, 2003b.

MATIAS, T. T. Cartas de leitores: espelho da realidade sócio-histórica do português brasileiro. In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 16., 2007, Campinas/SP, *Anais*. São Paulo: Unicamp, 2007. p. 1-10. Disponível em: <www.alb.com.br/anais16/sem07pdf/sm07ss09_01.pdf> Acesso em: 12 dez. 2010.

MELLO, V. H. D. Trabalhando com a gramática no gênero textual carta do leitor: uma abordagem enunciativa. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS DE GÊNEROS TEXTUAIS, 4., 2007, Tubarão/SC. *Anais*. Tubarão/SC: UNISUL, 2007. p. 1948-1958. Disponível em: <www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/cd/Port/131.pdf> Acesso em: 15 jan. 2010.

MELO, C. T. V. “*Cartas à Redação*”: uma abordagem discursiva. 1999. 281 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 1999.

MESQUITA, M. *O Jornalismo em Análise: a coluna do provedor dos leitores*. Coimbra: Minerva, 1998.

NOVAES, A. M. P. Carta: uma leitura bakhtiniana do gênero. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LITERATURA COMPARADA, 10., 2006, Rio de Janeiro. *Lugares dos Discursos*. Rio de Janeiro. ABRALIC, 2006. p.1-13. Disponível em: <www.dialogarts.uerj.br/congresso/ana_maria_pires_novaes.pdf> Acesso em: 23 maio 2011.

NUNES, V. S. *O Gênero Carta do Leitor no Jornal do Commercio de Pernambuco: uma abordagem sociorretórica*. 2012. 236f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2012.

NUNES, V. S. Traços da oralidade no gênero carta do leitor. In: MELO, D. W.; SANTOS, M. F. O. (Org.). *Retórica e Análise da Conversação: um encontro possível*. Maceió: EDUFAL, 2011. p. 197-211.

PAREDES SILVA, V. L. *Cartas Cariocas: a variação do sujeito na escrita informal*. 1988. 165 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

PAREDES SILVA, V. L. Variações tipológicas no gênero textual carta. In: KOCH, I. V.; BARROS, K. S. M. (Org.). *Tópicos em Linguística de Texto e Análise da Conversação*. Natal: EDUFRN, 1997. p. 118-124.

PASSOS, C. M. T. V. As Cartas do Leitor nas revistas Nova escola e Educação. In: DIONISIO, A. P.; BESERRA, N. S. (Org.). *Tecendo Textos, Construindo Experiências*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003. p. 81-107.

SILVA, T. C. G. As marcas da enunciação nas cartas dos leitores: um estudo semântico-argumentativo. *ReVEL*, v. 9, n. 16, p 61-85, 2011. Disponível em: <<http://www.revel.inf.br/>> Acesso em: 24 abr. 2011.

SILVEIRA, J. Carta do leitor: uma resposta crítica. In: NEOTTI, C. (Org.). *Comunicação e Consciência Crítica*. São Paulo: Edições Loyola, 1979. p. 185-189.

SODRÉ, N. W. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

Recebido em: 11 de julho de 2017.

Aceito em: 02 de setembro de 2017.